

## Voo cego

## Prisco multiplica gastos para garantir os 5 anos de Sarney

## Ulysses quer votar o sistema no domingo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, não confirmou nem desmentiu ontem, às 21h, se submeterá a votação neste domingo o capítulo sobre sistema de governo. "Amanhã (hoje) temos ainda de 25 a 30 destaques (votações individuais), de forma que é difícil fazer um prognóstico", disse. Referia-se aos destaques do capítulo do Poder Legislativo, que precede o do sistema de governo. Ontem foram votados apenas 14 destaques deste capítulo.

Pela manhã, Ulysses disse a vários constituintes que iria pôr em votação domingo aquele capítulo, mas recebeu um pedido do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) para transferir esta decisão só para o início da próxima semana. Lucena falou em nome dos presidencialistas e com apoio do senador Marco Maciel (PFL-PE).

Ulysses também falou com o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, e repetiu que iria votar o sistema de governo no domingo. O próprio senador, porém, disse ontem à noite à Folha que não acredita que isto ocorrerá.

A dificuldade para votação no domingo é que ela, a rigor, não interessa nem a presidencialistas nem a parlamentaristas. Como em geral o quórum de constituintes cai nos fins-de-semana, a votação do sistema de governo, com poucos parlamentares no plenário, corre o risco de gerar um "buraco negro". Isto ocorrerá se nenhuma das emendas em votação (a parlamentarista ou a presidencialista) alcançar o quórum mínimo de 280 votos.

## Proposta coletiva

O processo de votação do sistema de governo, caso a primeira emenda a ir para o plenário (presidencialista) não obtenha 280 votos, poderá demorar pelo menos dois dias para ser concluído: como presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães deverá suspender a sessão por 24 horas. Ao final deste período, a mesma emenda será votada novamente, de forma definitiva. O procedimento ocorrerá por meio de uma proposta coletiva, com mais de 300 assinaturas. Estas emendas têm prerrogativas para serem apreciadas duas vezes, quando não houver maioria absoluta na primeira votação.

Somente após a segunda rodada — e na hipótese de ser rejeitado o presidencialismo — entrará na pauta o texto parlamentarista. O mesmo processo poderá se repetir, pois a proposta também é coletiva.

A terceira opção seria votar o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização; neste caso, depois de quatro dias a partir do início do processo. A proposta da Sistematização seria apreciada em uma única rodada porque não é coletiva.



Prisco Viana, ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; a pasta multiplicou os convênios em sua gestão

## CLÓVIS ROSSI

Enviado especial do Brasil

Os computadores do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente revelam, ao despejarem a lista de convênios assinados pela pasta, um pedaço do aumento dos gastos do governo com o objetivo de conseguir cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Os dados relativos a 1987 são, a esse respeito, de uma contabilidade exemplar: de 1º de janeiro até 23 de outubro, quando deixou o cargo o peemedebista e quatroonista Deni Schwartz, o então Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) empenhou Cr\$ 1.203.096.352,00 em convênios com governos estaduais, prefeituras e, em escala bem menor, outras entidades.

Os convênios referem-se especificamente ao MDU e, portanto, não incluem verbas da Caixa Econômica Federal, incorporada a esse Ministério quando ele mudou de titular. Tampouco incluem convênios na área da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), também subordinada ao ministério.

Há outros departamentos do governo que liberam verbas para Estados e municípios, o que significa que os gastos levantados pela Folha correspondem apenas a uma pequena parcela do total geral. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República é a principal matriz fornecedora de recursos e sua ação política ficou claramente exposta no abundante noticiário da Folha sobre irregularidades por ela praticadas na gestão Anibal Teixeira.

Já nos escassos 69 dias em que Prisco Viana, um dos principais operadores políticos do presidente, ficou à frente do ministério — rebatizado para Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — os

empenhos de verba tiveram um salto brutal e chegaram a Cr\$ 7.780.474.000,00 — seis vezes mais do que a verba prevista nos quase onze meses anteriores.

Desse total, deve ser descontada uma verba de aproximadamente Cr\$ 1,4 bilhão, correspondente a depósito na Caixa Econômica Federal, destinado a financiar a casa própria para pessoas de baixa renda. Ainda assim, Prisco empenhou cerca de Cr\$ 6,3 bilhões em apenas 69 dias, quando Deni empenhou Cr\$ 1,2 bilhão em nove meses e 23 dias.

Há dois detalhes, nessa montanha de dinheiro, que chamam ainda mais a atenção:

1 — Do total empenhado, apenas uma pequena parcela (Cr\$ 316 milhões, ou 4% do total) foi liberada. Ou o governo assina convênios, se compromete a liberar verbas e não as tem ou está esperando uma definição em torno do mandato presidencial e do sistema de governo para completar as operações.

2 — Algumas das prefeituras beneficiadas por sucessivos convênios (como a de Belo Horizonte, uma das mais generosamente contempladas) não prestaram contas da aplicação das verbas relativas a convênios anteriores, exigência legal para que sejam incluídas em novos contratos.

É claro que a lista de convênios obtida pela Folha não faz vinculação entre os quatro anos e a liberação de recursos. Mas a imensa disparidade entre o volume de verbas empenhadas por um ministro que não pertencia ao esquema palaciano e por seu sucessor, que é o braço direito do presidente, deixa clara a motivação política, na mesma linha proclamada publicamente pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais nomes do Centrão, segundo o qual "é dando que se recebe".

## Borges da Silveira adere a 'amplo acordo' de parlamentarismo

Luiz Novais

## MAURO LOPES

Coordenador de Política do Sucursal de Brasília



O ministro da Saúde, Borges da Silveira, anunciou ontem sua adesão ao parlamentarismo com cinco anos

O núcleo sarneyzista do ministério, até agora unido em torno do presidencialismo, sofreu sua primeira defecção: o ministro da Saúde, Borges da Silveira, aderiu formalmente à tese do parlamentarismo com um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Segundo o ministro, que falou ontem às 19h45 à Folha, esta combinação de sistema de governo com duração de mandato é "a única" capaz de costurar um "amplo acordo".

O ministro apresentou sua proposta a Sarney na última terça-feira. O acordo incluiria quatro tópicos: 1) parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney; 2) negociação do prazo de implantação do novo sistema de governo o que, segundo Borges da Silveira, poderia levar a uma de duas datas — "ou começo do ano que vem ou o final do mandato do presidente"; 3) realização de um plebiscito sobre o sistema de governo em novembro, simultaneamente às eleições municipais, já marcadas; 4) um pacto nacional baseado num programa de governo capaz de

sustentar Sarney até a implantação do parlamentarismo.

Segundo o ministro da Saúde, Sarney apresentou uma única objeção à proposta: "Os parlamentaristas não aceitam o plebiscito", disse o presidente. A reação presidencial animou o ministro a prosseguir com seu projeto. Antontem pela manhã, Borges da Silveira, que representa o "Centro Democrático" do PMDB no ministério, reuniu parte do grupo para um café da manhã em seu apartamento. Dezesseis parlamentares, todos coordenadores de bancadas do PMDB de diversos Estados na Câmara, estiveram no café da manhã. Segundo Borges da Silveira, os presentes estavam divididos: oito presidencialistas e oito parlamentaristas. Mas, segundo o ministro "todos se mostraram sensíveis à ideia".

O ministro da Saúde sabe que tem difíceis obstáculos à frente — exatamente os dois ministros sarneyzistas mais fortes, Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana, continuam virulentamente presidencialistas — mas está animado. Acredita que se convencer parte dos parlamentaristas a aceitar a proposta do plebiscito, o projeto pode se viabilizar.

Lula Marques

## Deputado que mais faltou vota a favor do presidente

Da Sucursal de Brasília

O deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), que ocupa o incômodo primeiro lugar na lista dos parlamentares mais ausentes do Congresso constituinte (conforme levantamento preparado pela assessoria do seu colega mineiro Paulo Delgado, do PT), chegou a Brasília no domingo passado e promete ficar para as votações do sistema de governo e do mandato presidencial. Bouchardet foi recebido ontem pelo presidente José Sarney, às 9h10, a quem disse que votará no presidencialismo e no mandato de cinco anos.

"Foi uma visita cordial e de apoio ao presidente", disse ele, ao sair do gabinete de Sarney, no terceiro andar do Palácio do Planalto. "Mas não pedi nada", afirmou, acrescentando que Sarney nada comentou sobre as perspectivas da definição do sistema de governo pelo plenário do Congresso constituinte: "Conversamos apenas amenidades."

Constrangido, Bouchardet disse que não tomou conhecimento dos números fornecidos no último dia 5 por Delgado à Mesa do Congresso constituinte, acompanhados do pedido de que ele e mais 17 parlamentares fossem substituídos por seus

suplentes, por terem faltado a mais de um terço das sessões do ano legislativo de 1987. Segundo o levantamento, ele teria faltado a 165 das 188 sessões realizadas.

Indagado se confirmava que era um dos mais ausentes do Congresso constituinte, Bouchardet respondeu: "É claro que sou, mas quando existe uma votação importante eu estou aqui." Ele disse concordar com o segundo colocado na lista dos ausentes, Felipe Cheidde (PMDB-SP), para quem a maioria dos parlamentares se comporta como "vaquinhas de presépio", votando depois de feitos os acordos pelas lideranças. Para ele, "a maioria dos deputados nem sabe o que está votando".

Bouchardet disse que apresentou seis emendas nesta fase de votações do projeto de Constituição, das quais a mais importante, na sua opinião, é a que pretendia dar aos trabalhadores rurais os mesmos direitos assegurados aos urbanos. A questão já foi votada no capítulo sobre os "direitos sociais", no Título II, e um acordo de lideranças tornou desnecessária a votação da emenda Bouchardet. Os direitos das duas categorias de trabalhadores foram colocados no mesmo nível, no "caput" (enunciado) do artigo que trata do assunto. (Wilson Silveira)

## Montoro rejeita o acerto sobre sistema de governo e mandato

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O ex-governador Franco Montoro rejeitou ontem a proposta de parlamentarismo com cinco anos para o presidente José Sarney e propôs a aplicação de um "programa de salvação nacional", como saída para a crise econômica e política atual. "Como está, estamos indo para um despenhadeiro", disse Montoro, um dos presidentes do PMDB.

O programa seria aplicado por uma "comissão de salvação nacional", composta por líderes sindicais, empresários e personalidades da sociedade civil, sendo que o atual governo seria "apenas uma parte" desta comissão, segundo Montoro. Na prática, a proposta equivale a deslocar o centro de decisão política do atual presidente e transferi-lo para a comissão.

Um programa de emergência já está sendo preparado há várias semanas, em duas frentes. De um lado, pelo governador de Goiás, Henrique Santillo. De outro, por uma equipe de economistas e sociólogos coordenada pelo senador José Richa (PMDB-PR). "Estamos preparando medidas de médio e longo prazo,

mas principalmente de curto prazo", disse Richa ontem.

## Responsabilidade

Montoro procurou contornar as perguntas que jogavam a responsabilidade pela atual crise no governo Sarney. Disse que "a responsabilidade da crise não é só do governo". Falou vagamente sobre os "preços exagerados" praticados por empresários durante o Plano Cruzado, mas não deixou claro quais seriam os outros responsáveis. Para Montoro, o próprio presidente Sarney "seria o maior interessado" em apoiar a "comissão de salvação nacional". "O governo já tomou iniciativas, há dois ou três discursos (do presidente Sarney) neste sentido", afirmou.

Segundo o senador José Richa, o sociólogo Hélio Jaguaribe participará hoje, como seu representante, no encontro marcado pelo governador Henrique Santillo, em Goiânia, onde 12 representantes de governos estaduais, entidades representativas de trabalhadores e empresários, técnicos e políticos começarão a delinear o "programa de emergência". Uma reunião de governadores para discutir o programa poderá ocorrer ainda este mês em São Paulo.

## Mario Amato vê riscos na promoção de eleições em 88

Da Reportagem Local

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, advertiu para os riscos caso a eleição presidencial aconteça este ano. Segundo ele, "dentro deste contexto tumultuado, a eleição neste exato momento, onde não estão definidas as regras do jogo, pode vir a ser uma perturbação maior".

Por "regras definidas", o presidente da Fiesp entende, além da nova Constituição, todo o corpo de leis ordinárias e complementares.

Na rápida entrevista concedida ontem às 12h no Palácio dos Bandeirantes (zona sul de São Paulo), Amato comentou as declarações

feitas antontem no Rio pelo presidente José Sarney como "uma manifestação democrática que todo o cidadão tem direito de fazer".

## Quêrcia

Sobre as declarações de Sarney, o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, disse que "em virtude dos momentos difíceis de discussão de temas, às vezes surgem declarações na base da emoção". Comentando a pesquisa publicada na edição de ontem da Folha, que aponta ligeira vantagem do presidencialismo, Quêrcia disse que acredita na vitória do atual sistema de governo. Quanto ao mandato presidencial, ele preferiu não arriscar: "Acho difícil qualquer tipo de definição."



O governador Miguel Arraes (PE) e o senador José Richa (PR), no plenário

## Presidente diz a Arraes que está disposto a entendimento

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney disse antontem ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que está disposto a um entendimento sobre o futuro sistema de governo e o tamanho de seu mandato e que não será "um obstáculo à transição política". A convite de Sarney, o governador jantou antontem no Palácio da Alvorada.

A conversa entre ambos foi, de um lado, administrativa e, de outro, política. Na primeira parte, discutiram a situação econômica e na segunda as próximas votações do Congresso constituinte. Ontem, Arraes conversou, de manhã, com o deputado Ulysses Guimarães, e à tarde foi muito aplaudido quando entrou no plenário lotado do Congresso constituinte.

## Bancada

Em suas entrevistas, repetiu apenas generalidades sobre sua conversa com Sarney. Antes do encontro com Ulysses, Arraes teve uma reunião com a bancada do PMDB pernambucano, na sala do senador Mansueto de Lavor. "Minha posição continua a mesma", insistiu Arraes, quando os deputados lhe perguntaram sobre a fórmula parlamentarismo com cinco anos para Sarney.

Sem rechaçar a proposta, deixou claro que não a aceita. Arraes é pelo presidencialismo com quatro anos

## Serra afirma que a crise de governabilidade exige 4 anos

Da Sucursal de Brasília

O deputado federal José Serra (PMDB-SP), disse ontem que o "problema de governabilidade" do país é hoje "tão sério e urgente" que apesar de "parlamentarista convicto há muito tempo", ele apoiaria o presidencialismo ou eleições gerais se isso fosse "o preço pelos quatro anos".

Serra criticou a tese de que as eleições presidenciais não devem se realizar este ano em função de uma pretensa tendência a aumentos nos

gastos públicos e nos subsídios em anos eleitorais: "Isso ocorre não só no Brasil, mas nas melhores democracias desenvolvidas, onde, no melhor dos casos, há pelo menos a tendência a adiar medidas econômicas mais fofas". Para o deputado, "a democracia supõe e até requer incerteza, portando o calendário eleitoral não deve ficar condicionado ao desempenho da economia".

Na opinião de Serra, "a eleição de um novo presidente é indispensável para formarmos um governo com legitimidade, autoridade e eficácia, que o atual não tem". Eleições, segundo Serra, "não resolvem necessariamente a crise, mas aumentam as chances, e isto não é pouco".

Anuncie por telefone: (011) 874-2874